

Ajuste fiscal é prioridade

O ajuste fiscal é uma das medidas que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, considera fundamental para a redução dos índices inflacionários e como garantia de aumento de arrecadação tributária. O governo vai aproveitar a revisão constitucional, em outubro, para modificar o sistema de transferência de encargos e atribuições da União para os estados e municípios. Edmar Bacha, assessor especial do ministro, argumenta que a inflação brasileira é um problema político e que só será resolvido a partir do equilíbrio entre receita e despesa.

Para isso, o Ministério da Fazenda vai apresentar duas propostas ao Congresso Nacional na discussão da reforma tributária. O Governo quer acelerar a discussão sobre o ajuste fiscal e vai batalhar para que a proposta seja analisada em separado da revisão constitucional. O objetivo é de que as idéias sejam aprovadas ainda este ano, para que os novos impostos passem a vigorar em janeiro de 1994. Ainda faz parte da proposta do ministério a inclusão da repartição de encargos entre as esferas federal, estadual e municipal na reforma tributária.

O secretário da Receita Federal, Osiris de Azevedo Lopes Filho, acredita ser impossível melhorar o sistema tributário se não houver modificação na distribuição de receita e despesa entre a União, estados e municípios. Os estudos para o ajuste fiscal estão sendo comandados pelo assessor Edmar Bacha que não tem uma proposta acabada, mas está elaborando um projeto que simplifique o sistema tributário, para dessa forma reduzir a sonegação. "O atual sistema fiscal é perverso e não reflete despesas e receitas de forma realista", diz o economista.

Projeto — Segundo ele, o sistema em vigor necessita de altos índices inflacionários para que seja possível o equilíbrio entre receitas e despesas, onde as receitas são indexadas e as despesas, corroídas pela inflação. Bacha está ouvindo especialistas em tributação para montar o seu projeto que deverá estar concluído em setembro.

O Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que começa a vigorar no próximo dia 15, poderá fazer parte do projeto. De acordo com o ministro Fernando Henrique a sua inclusão depende do desempenho da arrecadação nos próximos meses e de sua viabilidade.

O Ministério da Previdência Social também irá participar da elaboração da proposta de reforma tributária. A remodelação do sistema de financiamento da Previdência é o ponto de partida do projeto. (MM)